

EDITAL

2ª FASE

PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO

Ano letivo 2017/2018

De acordo com o Programa Nacional de Saúde Ocupacional (PNSOC) - 2º ciclo 2013/2017, *estima-se que no ano 2008 mais de 2,34 milhões de pessoas tenham morrido por acidente de trabalho ou doença “ligada” ao trabalho, dos quais 2,02 milhões foram causados por doença (29% por cancro, 21% por doença do aparelho circulatório e 25% por doença transmissível) e 321000 por acidentes de trabalho. Estes números equivalem a uma média diária de mais de 6300 mortes no contexto do trabalho. Considerando a proporção mundial, estima-se que em Portugal ocorram 4 a 5 mortes diárias “ligadas” ao trabalho.*

Segundo a mesma fonte *no ano 2010, tendo em conta os dados reportados pelas seguradoras ao Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, ocorreram em Portugal cerca de 591 acidentes de trabalho por dia.*

Estes acidentes e as doenças ocorridas em trabalhadores, que os levam ao absentismo laboral trazem custos para as entidades empregadoras, mas sobretudo para os trabalhadores e suas famílias, pelo que se justifica um investimento ao nível da prevenção primária de doenças e de lesões profissionais, evitando mortes, incapacidades, sofrimento humano, perda de rendimento e melhorando, assim, a produtividade.

A Enfermagem do Trabalho visa garantir a saúde, a segurança, a capacidade de trabalho ótima e o bem-estar da população trabalhadora, considerando o indivíduo e o seu ambiente de trabalho (OMS 2001, OE2014).

Segundo a orientação 009/2014 de 03/06/2014 da Direção - Geral da Saúde, *a atividade do Enfermeiro do Trabalho é dirigida à gestão da saúde do trabalhador ou de grupos de trabalhadores. Focaliza-se na promoção e proteção da saúde e bem-estar no local de trabalho, com o propósito de promover ambientes de trabalho saudáveis e seguros.*

Na Região Autónoma da Madeira existem Profissionais de Enfermagem que desenvolvem funções desta natureza, embora muitos não possuam formação específica na área da Enfermagem do Trabalho, definida por esta norma.

Neste sentido, é importante a realização de formação nesta área, de forma a dotar os enfermeiros de competências que lhes permitam agir no ambiente específico e seguro das organizações de trabalho e também habilitá-los para o exercício de Enfermagem do Trabalho respondendo, assim, às exigências da legislação em vigor (Lei n.º102/2009, de 10 de setembro) e art. 3º n.º 3, alínea e), do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, (Lei n.º 18/1/2005, de 16 de setembro) e a Orientação da DGS009/2014 de 03/06/2014), divulgada pelo IASAÚDE, IP-RAM através da Circular Informativa n.º 43 de 11-6-2014.

1. Entidade Promotora da Pós-graduação

Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny

2. Coordenador Pedagógico

Patrícia Micaela Freitas Câmara

3. Coordenador Científico

Vítor Brasileiro (Presidente da ANET¹)

4. Objetivos gerais do curso

Desenvolver competências específicas para o exercício da atividade de Enfermagem do Trabalho/Saúde Ocupacional.

Assim, com o curso pretende-se:

- Conhecer as políticas de Saúde Ocupacional assim como a legislação portuguesa e diretivas comunitárias nacionais e internacionais no domínio da higiene e segurança no trabalho;
- Enquadrar a epidemiologia e a investigação no contexto particular e atual da saúde ocupacional;

¹ Associação Nacional de Enfermeiros do Trabalho

- Analisar os fundamentos da Enfermagem do trabalho numa perspetiva histórica;
- Incorporar *guidelines* e conhecimentos, na conceção, gestão e desenvolvimento de projetos, na área da qualidade da Enfermagem do Trabalho;
- Analisar as intervenções de Enfermagem no domínio da Saúde do Trabalho/ Saúde Ocupacional;
- Analisar os princípios e as práticas de promoção da saúde no trabalho;
- Analisar os instrumentos do planeamento em saúde, na perspetiva especial da enfermagem do trabalho.

5. Condições de acesso

Ser titular do grau de licenciado em Enfermagem.

6. A candidatura

6.1 Deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade/cartão de cidadão (ou outros documentos identificativos;
- b) Fotocópia do cartão de contribuinte (caso não seja apresentado o cartão de cidadão);
- c) Fotocópia do Certificado de Licenciatura;
- d) Fotocópia da Cédula Profissional;
- e) 1 Fotografia tipo passe.

6.2. O júri, se assim o entender, solicitará a apresentação de outros documentos que venha a considerar relevantes para apreciação curricular.

6.3. Caso o candidato não entregar todos os documentos exigidos no ponto 6.1., desde que por razão não imputável ao próprio, deverá fazer expressamente referência ao fato no processo de candidatura, devendo proceder à sua apresentação no prazo máximo de 10 dias úteis após o termo de receção das candidaturas.

7. Calendário do processo de candidatura

- 7.1. Candidaturas: de 27 de julho a 8 de setembro de 2017;
- 7.2. Afixação das listas dos candidatos admitidos na segunda fase: 15 de setembro de 2017;
- 7.3. Início das atividades curriculares: 2 de outubro de 2017.

8. Vagas e funcionamento

- 8.1. O número de vagas para a segunda fase de candidaturas é de 18.
- 8.2. O curso não funcionará se o número de candidatos for inferior a 15;
- 8.3. O curso funcionará semanalmente em horário pós-laboral segundas e quartas-feiras das 17h30 às 21h30 e quinzenalmente aos sábados das 9h00 às 13h00.

9. Emolumentos e propinas

- 9.1. A inscrição no curso está sujeita a emolumentos (€50) de acordo com a tabela em vigor;
- 9.2. As propinas, no valor de €1200, podem ser pagas na sua totalidade (obtendo 5% de desconto) ou em 10 mensalidades de €120.

10. Critérios de seleção e seriação

- 10.1. A seleção será feita exigindo os requisitos mínimos e por ordem de inscrição até ao limite máximo de vagas.

Funchal, 26 de julho de 2017

A Presidente do Conselho de Direção,

Merícia Bettencourt